



João Paím Vieira

O turismo de massas e a prostituição forçada

“Não há turismo de massas sustentável, aliás já há quem diga e prove que nem há turismo sustentável de todo, porque é das actividades com mais impacto e destruição ambiental real; basta pensar nos milhares de navios de cruzeiros e aviões e milhões de carros; aqui nos Açores, nos parques, com milhares de carros parados no inverno e a poluírem no resto do ano.”

“O turismo de massas é a coisa mais parecida com a prostituição forçada que conheço”, assim me dizia um amigo das Canárias no princípio deste século em Tenerife.

Achei exagerado na altura, talvez porque o turismo nos Açores não era de massas, ainda podia até crescer um bocadinho sem prejudicar a vida das pessoas e nos levar a todos para a tal prostituição forçada.

No dia seguinte estava na mesa das III Jornadas de Engenharia Insular, ao lado de Adán Martín Menis, vice presidente do Governo de Canárias, que, enquanto aguardávamos pelo início da sessão, me disse que depois de meses no Supremo tinham conseguido impor a moratória turística com a proibição de qualquer construção de hotéis ou alojamentos turísticos durante 2 anos.

Nesses 3 meses de tribunal, as Câmaras, com os operadores turísticos, tinham conseguido fazer aprovar mais 20.000 camas.

Depois de muitos conflitos e tentativas de operadores estrangeiros colocarem escravos, disfarçados de emigrantes, a substituírem os locais que, segundo eles, não queriam nem gostavam de trabalhar (onde é que ouvi isto mais recentemente??) foi-se chegando a um equilíbrio derivado das escolhas reais das populações.

Há alguns anos, a Ordem dos Engenheiros nos Açores organizou um evento, em que alguns participantes das Canárias explicaram como foram defendidos os direitos das populações, inclusivamente colocando os novos Hotéis nas povoações consideradas perdidas pela descaracterização e massificação.

Algumas ilhas limitaram fortemente a instalação do turismo de massas e conseguiram manter o seu modo de vida sem desperdiçar o possível do turismo.

Nos Açores não aproveitamos nada dessa experiência e informação, principalmente em S. Miguel, e em alguns meses na Terceira e Pico, e um pouco por todo o lado vamos instalando o turismo de massas destruidor do tecido social e da vida das pessoas.

Com a agravante de uma sazonalidade, impossível de contornar, que é disfarçada, tentando dividir os números por todo o ano, o que é ainda pior e, gravemente, continuando a distribuir sem contrapartidas ou amortizações, por amigos e não só, os milhões de euros que os tornam ainda mais ricos, elevam os Açores no caminho do triste título de região mais pobre da Europa.

Agora, imagine-se até, querem dar dinheiro do 2030 da habitação para o Alojamento Local e queixam-se que só dá 50.000 a cada um, como se o AL tivesse algo a ver com a habitação dos Açorianos.

Não há turismo de massas sustentável, aliás, já há quem diga e prove que nem há turismo sustentável de todo, porque é das actividades com mais impacto e destruição ambiental real, basta pensar nos milhares de navios de cruzeiros e aviões e milhões de carros, como aqui nos Açores, nos parques com milhares de carros parados no inverno e a poluírem no resto do ano.

Há uma contradição corrupta, que é punir com aumentos do IMI quem não consegue recuperar uma casa em mau estado, e permitir que palácios de 3 e 5 milhões em Lisboa não paguem IMI anos a fio, e haja milhares de alojamentos locais fechados no inverno: 200.000 no Algarve, onde faltam 10.000 casas para alojamento de pessoas, e em Lisboa, Porto e Funchal, paraísos do turismo de massas, é pior ainda.

Ponta Delgada e Angra vão a caminho.

Devia haver uma taxa ambiental e social por alojamento e viatura parada.

O problema maior para os Açorianos que gostam dos Açores e de os desfrutarem em paz e sossego é que estes governos da Autonomia(?) foram fomentando a apropriação por agentes económicos de bens naturais que são dos Açorianos com vários expedientes corruptos dos quais o principal é a marcação antecipada, que na prática os reserva aos turistas e estrangeiros, e afasta os Açorianos da fruição desses bens que segundo a Legislação do Domínio Público Marítimo e Fluvial são inalienáveis e em alguns casos nem sequer dependem só da Região.

Mas, clarificando a nossa posição como no caso do abortoso miradouro da Lagoa do Fogo (que acabou por correr bem sem estragar nada) o que pretendemos é que quando houver limitações de acesso a um bem natural dos Açorianos, por razões fundamentadas e reais recomendadas por especialistas credíveis, uma parte, digamos um quarto, fique reservada para os Açorianos.

No caso do Pico serão 60 lugares por dia, sem qualquer pagamento ou obrigação, para Açorianos ou residentes reais e de boa vontade que apenas se apresentem e provam a sua condição e seguem a gozar o que é seu, sozinhos ou até com guia se quiserem e o pagarem.

Embora, claro, se possa ao longo do dia ir preenchendo os lugares não requisitados por locais com turistas desprotegidos sem marcação.

Em todos os locais roubados aos Açorianos, desde a Caldeira Velha, Ilhéu de Vila Franca e Poça da Beija, apenas para falar dos mais movimentados, deve acontecer o mesmo.

E, como acontece bastante nas Canárias e em países decentes, os parques de estacionamento são, em parte ou totalmente (nas zonas residenciais), reservados aos locais.

E não pensem que, como eu, já não há milhares de Açorianos fartos dos excessos do turismo de massas; sei de alguns que nem acreditavam se pudessem dizer.

E mesmo, recebendo o melhor possível os estrangeiros que querem viver nos Açores, e que são bem vindos, mas realmente não são eleitores nem cidadãos, e portanto devem manter um certo recato nas ações e opiniões (como a nós nos países deles é exigido) o que nem sempre acontece, como um alemão que tentou expulsar um Açoriano a mergulhar no Ambrósio e dizia que a reserva era dele e ia chamar a PM, e outro que diz que é dono das amêijoas da Caldeira de Santo Cristo e que os Açorianos deviam pagar entrada para lá irem, foi o que ouvi no TJ.

Pois se não devolverem aos Açorianos a parte que eles entenderem necessária do que lhes roubaram, para o seu usufruto, sem pagamentos nem discriminações, podem ter a certeza que para as eleições e depois delas os políticos e responsáveis vão andar em 2024 na boca do mundo e do Ministério Público e podem acabar a fazer companhia ao Costa, Galamba e muitos outros, tanto na maledicência dos jornais como nos autos dos Tribunais.

E, estranhamente, vimos ontem que as empresas passadas a pente fino na Madeira, por facilidades no licenciamento de construções e as ligações ao mundo corrupto do turismo de massas, estão por cá, e já estranhávamos antes porque tinham sempre um ou mais pisos acima das antigas, e vejam lá se a PJ não decide levantar voo para os Açores.